

Relatório de Participação em Missão Internacional
16ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência – 12 a 15 junho de 2023

Objetivo: Participar da Delegação Brasileira na 16ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Deputado: Pedro Campos

Local: Nova York, Estados Unidos da América.

Saída: 11/06/2023

Retorno: 17/06/2023

Meio de transporte: Aéreo

Entre os dias 12 a 15 de junho, tive a oportunidade de integrar a comitiva brasileira que participou da Conferência das Partes da Pessoas com Deficiência - COSP16, das Nações Unidas. O evento realizado na sede da ONU, em Nova York, reuniu a comunidade internacional para debater diretrizes para desenvolvimento social inclusivo no mundo.

Durante a semana busquei levar à Conferência uma reflexão sobre os desafios para efetivar a inclusão social no Brasil e no mundo, sob aspecto da representatividade nos espaços de poder e na formulação de políticas públicas, além do papel essencial de iniciativas que contribuem para tornar a inclusão uma realidade, como é o BPC aliado ao Bolsa Família e o Emprego Apoiado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Brasil, mais de 45 milhões de brasileiras e brasileiros são pessoas com deficiência, representando cerca de 21% da população, mas a representatividade em espaços de poder ainda é baixa.

Nas últimas eleições, o país contou com apenas 448 pessoas com deficiência disputando cargos eletivos, o que representa apenas 1,6% das 28.790 candidaturas do último pleito. Isso reflete na baixa representatividade que temos: em 2022, apenas 11 PCDs faziam parte das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, significando apenas 2,4% destes parlamentares. O total da força de trabalho inserida neste espaço também é insuficiente, quando apenas 0,85% da ocupação laboral da Câmara são de pessoas com deficiência - 152 dentre os 17.897 profissionais.

Para enfrentar este cenário adverso, é importante apoiar o protagonismo e envolver as PCDs na tomada de decisão política. Não é possível conceber políticas que pautem a inclusão, sem a participação efetiva das pessoas com deficiência. Por isso coloco, cotidianamente, o nosso mandato à disposição dessa luta, garantindo a participação sociedade civil em todas as frentes que essas batalhas nos impõem. As nossas ações vão desde a composição da nossa equipe de gabinete diversa e inclusiva, passando pela construção coletiva de proposições legislativas e por uma articulação política conjunta, além do monitoramento social permanente sobre a efetividade de direitos.

Segue abaixo a relação dos eventos dentro da Conferência que tive a oportunidade de participar e a transcrição das minhas falas proferidas nos eventos.



1. **Evento:** Café da Manhã - Secretária Anna Paula Feminella e Embaixador João Genésio de Almeida Filho

Dia: 12/06/2023 - segunda-feira

Horário: 09h

Local: Missão do Brasil junto às Nações Unidas. 747 3rd Ave., 9º andar (entre as Ruas 46 e 47)

Fala:

Bom dia a todas e a todos,

É com grande satisfação que participo, mais uma vez, de uma Conferência das Nações Unidas, representando o Brasil. Desta vez, para refletir e somar esforços para que o desenvolvimento social com inclusão seja uma realidade no meu país e em todo o mundo. Espaços de discussão como este são essenciais para convergir forças para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, equânime e inclusiva.

Avançamos, nos últimos tempos, em instrumentos normativos, na busca pela garantia de direitos às pessoas com deficiência no Brasil. Contudo, além de ampliar a proteção legal às PCDs, precisamos tirar do papel as normas em vigor para transformar esses direitos em realidade. Fazer com que essas leis alcancem o que de fato propõem: incluir e transformar, para melhor, a vida das pessoas. Dentre tantos desafios postos, a ocupação de espaços pelas pessoas com deficiência, seja na política ou no mercado de trabalho, é um dos maiores a ser enfrentado.

No Brasil mais de 45 milhões de brasileiras e brasileiros são pessoas com deficiência, representando cerca de 21% de nossa população. Mas a ocupação dos espaços de poder fica aquém: nas últimas eleições, o país contou com apenas 448 pessoas com deficiência disputando cargos, o que representa apenas 1,6% das 28.790 candidaturas protocoladas no último pleito do país.

Em 2022, dos 513 membros que compunham a Câmara dos Deputados, apenas 11 eram pessoas com deficiência, representando apenas 2,4% dos parlamentares da Casa. Se formos somar a este número o total da força de trabalho inserida neste espaço, os índices são ainda piores: dos 17.897 profissionais, apenas 152 eram PCDs, contabilizando apenas 0,85% da ocupação laboral da Câmara dos Deputados.

As pessoas com deficiência também enfrentam grandes barreiras no acesso ao mercado de trabalho no Brasil, onde 7 em cada 10 PCDs estão fora do mercado e, quando ocupam esses espaços, recebem salários menores.

Por isso é tão importante a efetividade de políticas afirmativas no Brasil que contribuam com o desenvolvimento social inclusivo no país. Na área da educação e do ingresso ao ensino superior, o Projeto de Lei 1527/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados, pretende alterar a Lei de Cotas nas Universidades para instituir a reserva de 10% das vagas para ingresso em cursos das instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio para as pessoas com deficiência.



No Brasil, as empresas com mais de 100 funcionários devem reservar de 2% a 5% das suas vagas para pessoas com deficiência. Precisamos que estes percentuais sejam ampliados para que a inclusão se torne de fato uma realidade. Em paralelo a luta pelo avanço, seguimos vigilantes para que não ocorra em nosso país nenhum retrocesso que possa tolher direitos já conquistados.

Para incentivar a inserção profissional de pessoas com deficiência e também pessoas em risco de situação de exclusão social, uma iniciativa importante, em trâmite no Senado Federal, é o Projeto de Lei N.º 1532/2023 que pretende instituir a Política Nacional de Emprego Apoiado. Esta proposta, que tem como relatora a senadora Mara Gabrilli (PSDB) - que integra também a comitiva da COSP16, é essencial para combater os preconceitos, as barreiras e as dificuldades encontradas pelas PCDs, que impedem o seu acesso ao mercado de trabalho.

Para garantia do mínimo necessário para dignidade humana, o Brasil conta com programas para garantir renda básica para este público. O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, garante um salário-mínimo por mês ao idoso ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. Essa iniciativa pode ser acumulada com outros benefícios, como é o caso da Bolsa Família, programa que garante renda para as famílias em situação de pobreza - iniciativa reconhecida internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome no Brasil.

Para enfrentar o cenário adverso que por vezes as pessoas com deficiência enfrentam, temos agido com a responsabilidade e a urgência que o tema exige nas ações de nosso mandato. Não é possível conceber políticas públicas que pautem a inclusão sem a participação efetiva das PCDs.

Por isso, para dar vez e voz a este grupo é preciso colocar, diariamente, o nosso mandato à disposição dessa luta, garantindo a participação sociedade civil em todas as frentes que essas batalhas nos impõem. As nossas ações vão desde a composição de uma equipe de gabinete diversa e inclusiva, passando pela construção coletiva de proposições legislativas com escuta popular e por uma articulação política conjunta, além do monitoramento social permanente sobre a efetividade de direitos.

Todo esse conjunto de ações, internas e externas ao nosso gabinete, pretende contribuir para o alcançarmos o essencial em nossa existência: levar vida às vidas das pessoas, construindo um mundo melhor, pautado na dignidade humana, no respeito, na diversidade e na inclusão.

2. **Evento:** Promoting self-advocacy and participatory access to health: collaborative approaches with civil society in Brazil.

Dia: 13/06/2023 - terça-feira

Horário: 8h15

Local: Evento semipresencial com gravação realizada na Missão Permanente do Brasil na ONUA. Evento virtual: <https://shorturl.at/ewR68>

Link: <https://www.youtube.com/live/gyJESgjfDq8?feature=share>



3. **Evento:** Digital accessibility for persons with disabilities.

Dia: 14/06/2023 - quarta-feira

Horário: 15h

Local: Room Conference 4

Fala:

Vivemos em uma era digital, onde o acesso a informações e direitos estão inseridos em sites e plataformas digitais. Garantir a acessibilidade digital é garantir o direito de ir e vir, no trânsito on-line, das pessoas com deficiência.

A inclusão digital no Brasil tem dois grandes desafios a enfrentar: avançar em infraestrutura de redes, num país de dimensão continental, para possibilitar o acesso de forma universal a uma conexão de qualidade para as cidades e para as pessoas; e dar às leis a devida efetividade, cumprimento, para que as pessoas com deficiência possam utilizar, através de ferramentas inclusivas, sites e plataformas digitais.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) já tornou obrigatória a acessibilidade nos sítios de internet, mantidos pelas empresas que possuem sua sede, ou tenham alguma representação comercial no Brasil, bem como os órgãos públicos. Mas a realidade está distante da garantia legal: somente 0,7% dos portais e páginas sob o domínio gov.br (federalis, estaduais e municipais) são plenamente acessíveis e, num panorama geral, apenas 0,46% dos 21 milhões de websites do país estão livres de barreiras para as PCDs.

Assim, a falta de fiscalização do cumprimento da lei é uma barreira para o desenvolvimento da acessibilidade digital no Brasil. Direitos básicos como a solicitação de serviços públicos, compras on-line, consumo de informações - inclusive notícias - e navegação em geral através da web são negados sistematicamente às PCDs.

Ao passo que enfrentamos desafios básicos de inclusão digital, precisamos avançar nos debates mais atuais sobre Machine Learning e inteligência artificial. Cada vez mais estas ferramentas farão parte do mundo digital, dessa forma, assegurar que os algoritmos não reproduzam capacitismos presentes na sociedade será parte fundamental da garantia de inclusão digital para todas e todos.

O congresso nacional tem função fundamental em todos esses debates e devemos seguir atuantes no papel de legislador tempestivo e fiscalizador firme dos direitos das pessoas com deficiência.

4. **Evento:** Australian Self Advocacy

Dia: 15/06/2023 - quinta-feira

Horário: 13h

Local: Representação Diplomática da Austrália

Fala:

Enquanto parlamentar, representando o Brasil, preciso falar de autodefensoria a partir da participação e da representatividade em espaços de poder, especialmente no poder legislativo. Mesmo com mais de 20% da população brasileira sendo



composta de PCDs, temos uma baixa representatividade política deste grupo. No Brasil, no último pleito eleitoral, menos de 2% das candidaturas foram ocupadas por pessoas com deficiência e isso reflete diretamente em um cenário adverso: na última legislatura, pouco mais de 2% da Câmara dos Deputados era composta por PCDs. Se formos analisar o total da força laboral na câmara dos deputados, os índices ainda são piores: menos de 1% ocupam estes postos de trabalho.

Por isso é preciso pensar em ações a médio prazo que alterem a estrutura social de exclusão vigente. Entendo que existem quatro pilares fundamentais para ampliar a participação política das PCDs: a garantia de renda mínima, a educação inclusiva, o acesso ao mundo do trabalho e ações afirmativas.

O Brasil conta com programa para garantir renda básica para este público. O Benefício de Prestação Continuada – BPC, garante um salário-mínimo por mês à pessoa com deficiência de qualquer idade. E estamos lutando para que este benefício possa ser acumulado a outros programas, como por exemplo o Bolsa-Família, para que a proteção financeira das PCDs possa ser mais efetiva no Brasil.

Precisamos fortalecer as estruturas de educação inclusiva, sem que ocorra nenhum tipo de segregação. O Brasil possui 90% de inclusão na educação básica, porém é necessário ampliar o acesso ao ensino superior e técnico para às PCDs e estamos trabalhando na Câmara dos Deputados para dar celeridade ao projeto que pretende instituir a reserva de 10% das vagas para ingresso em cursos de ensino superior e de ensino técnico de nível médio para as pessoas com deficiência.

No Brasil, as pessoas com deficiência enfrentam muitas barreiras para o acesso ao mundo profissional, onde 70% deste grupo estão fora do mercado de trabalho e, quando ocupam esses espaços, recebem salários menores. Precisamos mudar essa realidade e por isso é tão importante encaminharmos agendas legislativas que fortaleçam a inserção destes profissionais. Temos, em andamento na Câmara dos Deputados, projeto de lei que pretende instituir a Política Nacional de Emprego Apoiado. Essa iniciativa pretende combater os preconceitos, as barreiras e as dificuldades encontradas pelas PCDs, especialmente as Pessoas com Deficiência Intelectual, no acesso ao mundo do trabalho.

Como todas essas ações demandam tempo para causar impacto, precisamos discutir ações afirmativas para ampliar a participação política de PCDs, como já temos no país para mulheres e negros.

A curto prazo, trabalho para fazer do nosso mandato, espaço de luta das pessoas com deficiência. As nossas ações vão desde a composição de uma equipe de gabinete diversa e inclusiva, onde contamos com a colaboração de dois profissionais que possuem algum tipo de deficiência, até o diálogo constante com a sociedade civil para a construção de agendas legislativas.

Não é possível conceber políticas que pautem a inclusão, sem a participação efetiva das pessoas com deficiência em todo o processo.



O caminho pela frente é desafiador, mas quando estou desanimado, penso no meu irmão Miguel, que tem síndrome de Down está com 9 anos de idade. Lembro também das milhares de crianças com deficiência que aguardam por uma melhor assistência na saúde, por inclusão na educação e melhoria da renda de suas famílias. E me animo para voltar a lutar, para que um dia, elas possam se representar e me representar no congresso nacional.

Era o que tinha a relatar.

Pedro H.A.L. Campos

Pedro Campos
Deputado Federal – PSB/PE

